

# A CONCEPÇÃO DE PODER COMO UM PRESSUPOSTO DOS PROCESSOS ÉTICO-POLÍTICOS NOS PENSAMENTOS DE HANNAH ARENDT E MICHEL FOUCAULT

*Dirceu Arno Krüger Junior*

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas

**Resumo:** Este texto investiga a questão do poder nas concepções teóricas expostas pela filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) e pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) como um pressuposto dos processos ético-políticos. Arendt e Foucault delineiam o poder em suas respectivas obras de formas distintas: enquanto Arendt defende que o poder surge com a ação política, ou seja, quando o indivíduo vivencia a própria liberdade ao que, por estar em uma comunidade, participa dos “negócios humanos” objetivando agir conjuntamente, engajando-se junto aos seus respectivos pares na esfera público-política, Foucault, em seus escritos, subescreve o poder de maneira a analisar os processos de individualização que recobrem e que produzem um protótipo de sujeito, com cada indivíduo possuindo as potencialidades de multiplicar e de maximizar a força que detém. O intuito é a manutenção e o suporte das bases econômicas e da moralidade axiomática do *corpus* social. Nesse contexto, uma das diferenças mais consideráveis e marcantes acerca das noções de poder, entre ambos, é que, enquanto Arendt sedimenta uma ideia de ação política comprometida e vinculada aos outros agentes, estes situados no mesmo espaço político, expondo as suas ideias e submetendo-as ao debate público e ao confronto necessário à consecução da liberdade, Foucault concebe o poder como uma rede de relações intercambiáveis e estrategicamente posicionadas.

**Palavras-chave:** Arendt, Foucault, poder, política, ética.

**Abstract:** This text investigates the issue of power in the theoretical concepts exposed by the German philosopher Hannah Arendt (1906-1975) and the French philosopher Michel Foucault (1926-1984) as a presupposition of ethical-political processes. Arendt e Foucault delineate power in their respective works in different ways: while Arendt argues that power arises in political action, that is, when the individual experiences his own freedom which, by being in a community, participates in “human affairs” aiming to act together, engaging yourself with their respective peers in the public-political sphere, Foucault in his writings, underwrites power in order to analyze the processes of individualization that cover and produce a prototype of a subject, with each individual having the potential to multiply and maximize the strength they hold. The aim is to maintain and support the economic bases and axiomatic morality of the social corpus. In this context, one of the most considerable and striking differences regarding notions of power, between both, is that, while Arendt consolidates an idea of political action committed and linked to other agents, these located in the same political space, exposing ideas and subjecting them to public debate and the confrontation necessary of freedom, Foucault conceives power as a network of interchangeable and strategically positioned relationships.

**Keywords:** Arendt, Foucault, power, politics, ethics.

## Introdução

O sujeito e o poder são ambos conceitos basilares nas sistematizações teóricas, tanto quanto filosóficas, definidas por Hannah Arendt (1906-1975) e Michel Foucault (1926-1984), o que pode significar que o indivíduo, enquanto ente presentificado no mundo e recoberto por uma tessitura social e política, está fadado a imiscuir-se nos negócios humanos e nas relações que envolvem o poder no cerne da sociedade, arregimentando um confronto adversativo pelo predomínio de suas ideias. É substancial compreender que o espaço público-político é um conceito orientado por um conjunto de querereres que engendram algumas ações que podem tornar-se uníssonas e revolucionárias.

Arendt acredita que o indivíduo, em sua circunferência privada, possui um contorno pré-político (escola e profissão), uma esfera na qual ele é preparado ou lhe é oportunizada a elaboração de artifícios (produtos), para adentrar o cosmos político, deslindado pela luz pública em um recinto das contendas idealistas ou não, e redefinidoras do perfil do referido espaço assim como do futuro. Foucault, em contra-argumento, não admite o espaço público como o local onde as forças individuais e volitivamente políticas estabelecem um acordo que mitigará os impasses que descrevem as relações individuais e também públicas, pelo fato de que o sujeito está desarticuladamente enlaçado pela legenda da população, um dos princípios instituidores da biopolítica, na perspectiva foucaultiana. Arendt também acredita que exista uma fração considerável de indivíduos deslocados politicamente, desunidos no sentido de que seus anseios, por diferirem, não os torna capazes de firmar acordos e expressar ideias que poderiam redesenhar os contornos do campo político. Parece contundente, então, afiançar que a massa e a população, dois segmentos relacionais em Arendt e em Foucault, consecutivamente, não estão predispostos a desenvolver, de maneira mútua, uma ação política implicadamente engajada, na experiência de reinterpretar as estruturas e as instâncias políticas que promulgam a ideia de uma cena pública, onde os indivíduos estariam dispostos a comunicar suas mais diferentes convicções acerca das veredas dos negócios públicos.

As mudanças, no cenário político às exceções que, não apenas podem desencadear uma tomada de consciência (diferente das massas e da população politicamente ineptas), mas que recalcitram ao defrontarem-se com os ditames moralizadores e tradicionais que definem um modelo de vivência pessoal, tal como de vivência política, têm a potencialidade de alterar a ordem de sujeitos socialmente obscurecidos. A política possui a premência da mudança e da

reconvicção de determinados atributos que, não apenas vivificam as existências individuais, mas também asseguram a mobilidade social e a experiência de “microemancipação”.

Arendt e Foucault, em suas abordagens relacionadas à construtividade de uma filosofia política, revisitam o indivíduo e o poder como categorias indissociáveis e primais da vida pública, sendo Arendt uma entusiasta da ideia do poder como ação política, da empreitada do sujeito no espaço público como a prerrogativa de sua liberdade sincronicamente pactuada com seus coabitantes. No que tange à Foucault, este advoga pela ontologia primária, isto é, pela relação que o indivíduo enceta consigo próprio, como o deslindamento de sua configuração ética, aprendendo a como governar a si próprio e também aos outros, sendo a microrrevolução a tentativa, no eixo do *corpus* político, de desafiar o *status quo* e as generalidades que subalternizam o discurso verdadeiro e encarecem a possibilidade de se elaborarem novas epistemologias ressignificadoras das relações sociais e políticas. Em cotejo à teoria política arendtiana, Foucault não principia uma concepção de ação política, pois ele acredita que o indivíduo, indiscriminadamente subjetivado pelos sistemas de poder, pode apenas de modo central e particularizado decretar algumas mudanças conjunturais políticas, por meio do governo de si, tal como uma expectativa de transladar os liames de sua constituição ética e da produção de seu discurso do dizer verdadeiro, aos outros indivíduos, podendo (ou não) sensibilizá-los.

A liberdade, um dispositivo emblemático no pensamento de Arendt e de Foucault, parece simbolizar a experimentação do sujeito no que se relaciona à promessa de corporificar a ação política, enquanto uma atitude de procedência do debate público e da interlocução entre os agentes políticos. Foucault não entende a liberdade como um direito natural, mas como uma prática, uma estratégia que é a condição de possibilidade das relações de poder. Em outros termos, um desejo de antepor-se. Arendt proclama a liberdade como o signo que ressignifica o espaço político, ao modo que os indivíduos comprometidos politicamente executam o direito à comunicação, a concordar ou discordar sobre os alicerces que equilibram a organização dos aparatos que resguardam a matriz da esfera política: o conflito de opiniões que visa a permitir escolhas e ações necessárias para a continuidade da comunidade. Entre os símiles existentes entre as teorias do poder em Arendt e em Foucault, o que parece ser um ponto de ancoragem entre os dois autores é que a ação (seja ela pessoal ou conjunta) instaura-se como uma possível metodologia de recalitração, de beligerância, nunca de resistência incorrigivelmente passiva.

Na primeira parte deste texto intitulada “O Arranjo do Poder em Arendt e em Foucault” disserta-se sobre a gênese das teorias do poder em ambos, versando sobre as diferenças que traduzem o poder em cada um deles em seus planos teóricos. Arendt sustenta que o poder surge na ação política que pode ou não ser preconcebida pelo sujeito e, ao envolver-se na esfera pública, este torna-se apto a agir em concerto com os pares. Foucault, de forma polarizada, assimila o poder como uma totalidade de tecnologias as quais são positivadas nas relações sacralizadas pelos jogos de poder e pelos jogos de veridicção. As relações de poder, saturadas de desejos, são vínculos combativos, todavia não no modelo de um digladiar-se, mas de um confronto de forças epistemológicas que ambicionam preceder. Arendt distancia-se de Foucault ao elucidar o poder como uma ação empregada no sentido de articular, no espaço público, diálogos entre as diferentes opiniões que caracterizam a singularidade do humano, e daí surgindo ações politicamente centralizadas (distinguindo-as da força e da violência). Contrariamente a Arendt, Foucault acredita que o poder pode ser examinado por meio do conciliábulo entre as microrrelações de poder e das macrorrelações de poder.

Em “O Poder Pode Ser Aniquilado?”, na segunda parte do texto, explicita-se a problemática do conjectural descalabro do poder a partir do pensamento de Foucault, ou seja, de uma suposta decadência daquele. Esse argumento parece muito mais categórico em Arendt, quando esta defende que a violência representa os sinais de uma falência das faculdades as quais acalentam o poder (a liberdade do discurso, a ação conjunta, a mobilidade), porque o poder, de acordo com a autora de *A Condição Humana*, não necessita de implementos para o endosso de sua funcionalidade, o que não pode ocorrer com a violência, a qual necessita de uma materialidade antecedentemente assegurada para o seu êxito (um maquinário bélico, por exemplo). De acordo com o autor de *Vigiar e Punir*, o poder não pode sofrer um desmantelamento porque os mecanismos de poder, que subjazem às relações de poder e às correspondentes subjetividades dos sujeitos que as abarcam, o solidificam com a investidura das relações às quais garantem a sua lógica, não apenas imperativa, conquanto produtiva. Assim, o poder não é corroído, não obstante ele possa ser requalificado, por não residir em um contexto transcendental, o poder reside concentradamente em um enquadramento mundano e social.

Por conseguinte, ao se considerar as pertinentes ponderações realizadas por Arendt e Foucault concernentes ao poder, é viável afirmar que o sujeito (como o ancoradouro da inquietude foucaultiana) e a política (na moldura do bastião da tese arendtiana), correspondem às preocupações que estampam parte do debate contemporâneo acerca do humano como o

questionamento nuclear das mudanças tocantes à discussão filosófica. Tais autores rompem com parte da tradição filosófica, pois Arendt e Foucault refletem que aqueles os quais se dedicam à Filosofia não podem negar-se a interferir nas atribuições que se concatenam com a formação acerca da qual o sujeito não apenas adapta-se a seu espaço privado e interiorizado, mas também ao modo como este organiza as próprias inclinações de cunho político. E, além disso, como aquele afeta os vizinhos, assim como é afetado, pelos lampejos iridescentes da luz pública. As esferas pública e política são perpassadas pela pluralidade que, não apenas identifica e subsume os indivíduos que nela atuam, porém que expõe os marcos os quais descortinam as necessidades em correspondência às vidas dos sujeitos, as suas complexidades físicas e as suas inarredáveis vulnerabilidades e precarizações. O poder, em Arendt e em Foucault, relaciona-se não apenas com o que concerne à questão dos sujeitos atravessados pelos capilares dos mecanismos de poder e de suas inevitáveis mudanças, em tons políticos como sublinhou Arendt e de modo aguerrido no delineamento conceitual de Foucault, mas como o que determina a topografia acidentada da sociedade e de seus conviveres.

## **1. O arranjo do poder em Arendt e em Foucault**

Hannah Arendt, teórica política alemã (e também filósofa), e Michel Foucault, filósofo francês, expõem as respectivas teorizações acerca do poder centrando-as em duas vertentes que possibilitam compreender o tema em questão da seguinte forma: o indivíduo e a política e seus inescapáveis desdobramentos e entroncamentos estabelecem-se como os eixos principais de inquirição sobre as possíveis teorias do poder. O núcleo da noção de poder, em Arendt, demonstra, irremediavelmente, a política como aquela que sustém e reposiciona o sujeito nos entremeios da comunidade (pois ela crítica a sociedade moderna em seu conjunto da obra) ao organizar a vida em grupo. Para Foucault, o indivíduo é o ponto catalisador dos procedimentos de formação e de investidas do sistema (ou dos sistemas) político(s).

Arendt emoldura sua discussão sobre o poder especificando que este se fundamenta nos parâmetros associativos e procedimentais no que respeita à ação política. Sendo esta presentificada e consolidada nos meandros do espaço público no qual consistem os negócios humanos, isto é, os assuntos de interesse do grupo, superando os dos indivíduos particulares. O poder somente se consolida quando a comunidade está comprometida e engajada. Foucault, diferentemente de Arendt, teoriza o poder como uma conjuntura

repleta de enunciados idiossincráticos os quais versam sobre as relações pré-estabelecidas e engendradas entre os indivíduos nos contornos do campo social. Em outros termos, é o que se poderia conceber, na nomenclatura foucaultiana, como as microrrelações de poder e as macrorrelações de poder (ou, simplesmente, os micropoderes e os macropoderes): “Assim como Arendt, Foucault acredita que o poder possibilita a abertura e a criação de espaços para a ação e o discurso. Mas para Foucault, as propriedades materiais de tais espaços são cruciais para a compreensão de sua forma concreta” (MENGE, 2019, p. 19).<sup>1</sup>

Na obra *Sobre a Violência*, publicada em 1970, Arendt (2016, p. 69) afirma: “O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que qualquer ação que então se possa seguir.” O que se pode conceber é que Arendt configura o poder como a possibilidade de reunião, ou mesmo de uma formação de assembleias nas quais uma comunidade predispõe-se ao debate de ideias e participa do discurso articulado no espaço público, buscando o entendimento (ainda que provisório), necessário para a tomada de decisões e da ação que a segue, pois é necessária à vida (por exemplo, pode-se discutir sobre a distância das moradias da represa da cidade. É necessário, porém, que isso redunde em uma lei, e que esta seja cumprida, pois as pessoas precisam de habitações, mas também de água potável para o consumo. Em outros termos, não é possível permanecer em infundáveis discussões, réplicas e tréplicas).

Foucault esboça o poder não propriamente comprometido em desenvolver um conceito dele ou sobre ele. O autor o reivindica como um feixe de enunciados, pressupondo o poder tal como um emaranhado de relações estilizadas e singularizadas, que são estruturadas em um paradigma de procedência piramidal (simplificadamente as relações de poder possuem em seus tecidos nucleares uma propensão ascendente e não descendente). As relações de poder, segundo Foucault, estabelecem-se entre os indivíduos considerados como presumidamente livres, calcando suas liberdades como insígnias que garantem o embate, o confronto, que legitimam o poder enquanto relações de apropriação do discurso e da produção dos jogos de verificação (“jogos” estes visando a obter a verdade - ou uma verdade aceitável - por meio da disposição de um discurso que se pretende seja entendido como verdadeiro). Há, no arcabouço teórico foucaultiano, três hipóteses que são a “pedra angular” do poder em três marcos históricos primordiais: (A) Thomas Hobbes (1588-1679) [o poder em sua correspondência soberana]; (B) Karl

---

<sup>1</sup> “Like Arendt, Foucault believes that power opens up spaces for action and speech. But for Foucault, the material properties of such spaces are crucial for understanding their concrete shape”.

Marx (1818-1883) [o poder em sua ótica repressiva] e (C) Friedrich Nietzsche (1844-1900) [o poder como categoria de enfrentamento e de luta].<sup>2</sup> Como Foucault (2014, p. 44) expõe na conferência *A Filosofia Analítica da Política* (ministrada no Japão em 1978), presente no volume V da compilação: *Ditos e Escritos*: “Seria possível dizer, de um modo um tanto análogo, que para analisar ou para criticar as relações de poder, não se trata de lhes atribuir uma qualificação pejorativa ou laudatória massiva, global, definitiva, absoluta, unilateral”. E ele prossegue: “não se trata de dizer que essas relações de poder somente podem fazer uma coisa, que é coagir e obrigar”.

O poder, de acordo com Arendt, não pertence unilateralmente a alguém ou pode vir a ser monopolizado por um agente, como é possível à força e à violência. Sob uma outra ótica: estar sob o controle de algum indivíduo inserido no *corpus* político ou não. Em Foucault, o poder é uma espécie de microfísica, multilateralmente espalhado sem emanar, exclusivamente, de um grande órgão ou possuidor de um extraordinário receptáculo: “Somente a igualdade política assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e sejam responsabilidade do todo” (BROWN, 2019, p. 33). Ou, então, rearranjado no âmago de um suposto domínio dos sujeitos: “A análise foucaultiana destrói, portanto, a ideia de uma confrontação entre o poder e a liberdade: é exatamente tornando-o indissociáveis que Foucault pode identificar no poder um papel não somente repressivo, mas também produtivo” (REVEL, 2011, p. 121).

Uma primeira diferença que se pode conceber, entre Arendt e Foucault, no que é consoante à premissa do poder, é que a primeira o idealiza como uma “conjunção de forças” oriundas na junção dos ideais a serem buscados ou nas aceções defendidas pelo grupo. Foucault, por outra perspectiva, compreende o poder como a composição tecnológica e estruturada de uma série de técnicas permeadas por discursos com pretensões de verdade, os quais permitem o enfrentamento entre os indivíduos, na tentativa desses de se ancorarem na superfície da sociedade e fabularem os complexos arquétipos que edificam parte dos princípios reguladores sociais. Em *Segurança, Território, População* (1977-1978), curso ministrado no *Collège de France*, Foucault (2008, p. 57) distingue a população do povo, ambos embasados e residentes na epistemologia biopolítica: “O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, como se não fizesse parte

---

<sup>2</sup> Para um exame suplementar, pode-se acessar o verbete “Poder”, no *Vocabulário de Foucault*, de Edgardo Castro (2016, p. 323-334).

dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema”<sup>3</sup>.

Dessa forma, pode-se afirmar que Arendt direciona a teoria do poder como o ponto medular da ação política e a partir da qual é possível angariar-se mais poder (*mutatis mutandis* mais indivíduos que aderem à causa) e buscar por soluções, por exemplo, elaborando abaixo-assinados e entregando à municipalidade da cidade. Isso demonstra que, para que haja a materialização, ou concreção da exigência, a comunidade precisa estar engajada por meio de um encadeamento político. Nesse sentido, Arendt (1989, p. 361) distingue o cidadão (o componente do povo) do homem da massa (a ralé), em *Origens do Totalitarismo* (1951): “Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.” Em contrapartida, o poder, no exame foucaultiano, poderia ser denotado como a proliferação das relações individuais, nas quais, de algum modo, os sujeitos intentam recalitrar, sutilmente, na tentativa de instituir uma autoconstituição ética mediante o confronto visceral com as infraestruturas epistemológicas, científicas, da mesma maneira que governamentais.

Hannah Arendt (2011, p. 228) explica em *Sobre a Revolução*, de 1963, os contrastes que envolvem a sua concepção própria referente ao poder: “a gramática da ação: a ação é a única faculdade humana que requer uma pluralidade entre os homens; a sintaxe do poder” e autora prossegue: “o poder é o único atributo humano que se aplica exclusivamente ao entremeio mundano onde os homens se relacionam entre si, unindo-se no ato de fundação em virtude de fazer e manter promessas, o que, na esfera política, é provavelmente a faculdade humana suprema”. A teórica observa que o poder também difere de autoridade, porque o poder confere autoridade. A força e a violência aparentemente parecem fazê-lo em certa medida, porém geram o autoritarismo, o que vincula-se a sua oposição ao modelo soberano de Estado. Judith Butler (2017, p. 177), a título de exemplo e contraponto, explica que “Arendt deixa claro que o pensar pode nos vincular aos outros e assim nos possibilitar pensar o veículo social ao qual já estamos comprometidos quando começamos a pensar.” O poder, arendtianamente pensado, não se constitui somente pelo aparato de normatividades promulgadas pelo mecanismo governamental, embora, isso ocorra (e o Direito o demonstra). O poder oportuniza aos indivíduos localizados na orbe política de se reunirem com a

---

<sup>3</sup> Essa distinção entre povo e população pode ser notabilizada na aula de 18 de janeiro de 1978 (2008, p. 39-72), do penúltimo curso ministrado por Foucault nos anos 1970 no *Collège de France: Segurança, Território, População*.



garantia da segurança de suas compleições corpóreas, morais e físicas, na experiência de produzirem um argumento recoberto pelo “clarão de espírito”, como pronunciou Stendhal (1995, p. 55) em sua obra *O Vermelho e o Negro* (1830), da luz pública.

Em um prisma antagônico, Foucault apreende o poder como uma miríade de regras e de dispositivos engendrados na forma de um discurso que se retroalimenta à medida que a aparelhagem de regras dele e nele é ressignificada de maneira contínua e indiscriminada pelas instâncias de poder (a escola, o exército, a fábrica, as alas psiquiátricas e os hospitais). No curso do *Collège de France Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), na aula de 03 de março de 1976, Foucault comenta (2010, p. 175):

Em outras palavras, a reversibilidade, tática do discurso, depende diretamente da homogeneidade das regras de formação desse discurso. É a regularidade do campo epistêmico, e a homogeneidade das regras de formação do discurso, que vai deixá-lo inutilizável nas lutas que quanto a elas, são extradiscursivas. Era por essa razão de método, portanto, que insisti nessa distribuição das diferenças táticas discursivas no interior de um campo histórico-político coerente, regular e formado de maneira muito densa.

Dentre as parecenças nas atribuições concernentes às concepções de poder em Arendt e Foucault, o poder está amparado por uma rede discursiva a qual intenta estabelecer um ponto de convergência das relações entre os indivíduos e a comunidade e, de forma simultânea, também, entre o indivíduo consigo próprio. Arendt, com as devidas críticas estabelecidas, não parece preocupar-se com o procedimento de constituição ética individual em seus estudos acerca do poder, pois o preparo do indivíduo está nas esferas privada e pré-política. Na esfera política, a ética é um fator coadjuvante às decisões, isto é, está intimamente relacionada com o pensar e o julgar do sujeito, que são atividades internas do espírito que são explicitadas nas ações que ocorrem no mundo interno. “Arendt pretende contrapor, ao tratar da liberdade humana [interna], denominada por ela de ‘filosófica’, e a externa, ‘política’, a tradição do pensamento que afirma ser a filosofia a portadora de verdade”. E Sônia Schio (2012, p. 143) conclui: “Enquanto a política é composta por opiniões flexíveis e mutáveis e, por isso, longe da verdade [indiscutível]”. Foucault diagnostica as relações de poder como um protótipo basilar que propicia a autoconfiguração ética do indivíduo, ao mesmo tempo em que sua subjetividade é acessada pelos mecanismos de poder, e, sua conseqüente cooptação, recrudescendo as bases econômicas da sociedade por meio de um dimensionamento de sua energia e

da incorporação de aspectos somáticos que aplainam o seu corpo e o imbuem de inscrições significadoras. Dessa maneira, origina-se um gênero de ente assujeitado e atomizado em sua própria unilateralidade.

Como designa Foucault (2012, p. 176)<sup>4</sup>, em uma conferência de 1976: *As Malhas do Poder*, presente em *Ditos e Escritos, Vol. VIII: Segurança, Penalidade, Prisão*: “Passar de um poder lacunar e global para um poder contínuo, atômico e individualizante: que cada um, que cada indivíduo em si mesmo, em seu corpo, em seus gestos, possa ser controlado em vez dos controles globais e de massa”. Spinoza (1633-1677), filósofo holandês, propõe em sua obra *Ética* (publicada em 1677), a investigação sobre o que concerne à natureza individual e a irrecusável imbricação que ocorre entre os sujeitos viventes em sociedade, o autor escreve:

Existem, pois, muitas coisas, fora de nós, que nos são úteis e que, por isso, devem ser apetecidas. Dentre elas, não se pode cogitar nenhuma outra melhor do que aquelas que estão inteiramente de acordo com a natureza. Com efeito, se, por exemplo, dois indivíduos de natureza igual se juntam, eles compõem um indivíduo duas vezes mais potente do que cada um deles considerado separadamente. Portanto, nada é mais útil ao homem do que o próprio homem. Quero com isso dizer que os homens não podem aspirar nada que seja mais vantajoso para conservar o seu ser do que estarem, todos, em concordância em tudo, de maneira que as mentes e os corpos de todos componham como que uma só mente e um só corpo, e que todos, em conjunto, se esforcem, tanto quanto possam, por conservar o seu ser, e que busquem, juntos, o que é utilidade comum para todos. (SPINOZA, 2016, p. 169)

Analisando, comparativamente, a liberdade é evocada como uma proposição teórica de Arendt e Foucault tanto quanto um dos princípios contextuais que incrementa o escopo do debate acerca do poder na interpelação realizada pelos supracitados autores. Foucault reflete a liberdade como um signo que pode vir a ser consolidado somente no âmbito da prática, de uma tática planejada e articulada, do confronto entre as forças individuais constituintes da relação de poder (ou das relações de poder): “A liberdade consiste em poder tomar, em poder se apropriar, em poder aproveitar, em poder comandar, em poder obter obediência. O primeiro critério da liberdade

---

<sup>4</sup> Esta conferência foi ministrada por Foucault no Brasil, na Universidade Federal da Bahia, em 1976. Entretanto, ela somente foi disponibilizada em 1981, na revista *Barbárie*. Para um estudo mais aprofundado, acessar a conferência: “As Malhas do Poder” (2012, p. 168-188), que integra o volume VIII, da coleção: *Ditos e Escritos: Segurança, Penalidade, Prisão*, de Foucault.

é poder privar os outros de liberdade” (FOUCAULT, 2010, p. 132)<sup>5</sup>. No viés teórico proposto por Arendt, a liberdade está condicionada à participação do sujeito, ou dos sujeitos, na esfera pública e na ação política: ela valoriza a liberdade política, mas sem menosprezar as demais). Somente se pode defender a dignidade do ser humano, enquanto pleno, no momento em que este adentra o espaço político e vem a conviver com os seus pares, os semelhantes, cidadãos (cidadãs etc.) como ele. O sujeito arendtiano vivencia a própria liberdade, de modo perdurável, na ocasião em que se embrenha na atmosfera do corpo político experienciando a individualidade e a identidade: “No governo representativo, o povo supostamente controla os que governam. Todas as instituições políticas e materializações do poder petrificam e decaem quando o poder vivo do povo cessa de lhes sustentar” (ARENDR, 2015, p. 120).

## 2. O poder pode ser aniquilado?

O que se constata, a partir do enunciado exposto logo acima, é que Arendt preocupa-se com uma eventual degradação do poder no que é tocante ao processo de erosão daquele. De acordo com a autora, essa erosão pode ocorrer de diversas maneiras: a violência, a mentira política, o desmantelamento da esfera público-política, a proscrição da fala e das discussões sobre os temas de interesse do grupo, entre outros. As referidas situações comprometem os laços associativos e políticos que são os fundamentos da ação. Nos termos de Foucault (2014, p. 217)<sup>6</sup>: “é possível, na

---

<sup>5</sup> No excerto em evidência, Foucault (2010, p. 132) está parafrazeando o autor e escritor francês Henri de Boulainvilliers (1658-1722). Para um exame mais aprofundado acerca da influência de Boulainvilliers na concepção foucaultiana de poder, acessar a aula de 18 de fevereiro de 1976 (2010, p. 119-140), do curso concedido no *Collège de France: Em de Defesa da Sociedade* (1975-1976), por Foucault.

<sup>6</sup> Esse comentário complementa uma entrevista de 1983 concedida por Foucault em abril do ano em referência na Universidade de Berkeley, na Califórnia, e publicada em 1984, na coleção *The Foucault Reader* (inédita no Brasil). Na entrevista em questão, Foucault critica Arendt no que corresponde à indistinção que a autora realiza entre as relações de poder e as de dominação. Nesse aspecto, é importante reconhecer que Arendt e Foucault localizam o poder de maneiras opostas em suas acepções filosóficas. Arendt compreende o poder como uma força matriz capaz de possibilitar aos indivíduos agregarem-se na esfera pública e deflagrarem uma ação política que visa à singularização e à presunção da liberdade (o que o indivíduo em sua esfera privada não pode granjear). Foucault, em sua reflexão, enuncia que o poder precisa ser analisado por meio de suas complexidades, no modo em como ele individualiza, economiza e potencializa cada sujeito, por meio de uma série de predicados minuciosamente racionalizados. A ação política é secundária, em outras palavras, ela é uma co-extensão dos processos eticamente constitutivos do sujeito, sendo o espaço político esquadrihado para que o indivíduo (ou os indivíduos) seja capaz de, brandamente, contrapor-se ao poderio vigente e

verdade, reconhecer que certas relações de poder funcionam de tal forma que em geral constituem um efeito de dominação, mas a rede constituída das relações de poder quase não permite uma distinção precisa.” Como Arendt (2015, p. 122) discorre no livro *Crises da República*, de 1972, sobre o poder e a violência: “Poder, fortaleza, força, autoridade, violência – não são mais que palavras para indicar meios pelos quais o homem domina o homem; são consideradas sinônimos, porque têm a mesma função” e autora complementa: “Somente depois que se cessar de reduzir os assuntos políticos à questão de domínio, aparecerão, ou antes, reaparecerão em sua autêntica diversidade os termos dados originais no campo dos assuntos humanos”<sup>7</sup>.

Como uma alternativa à Arendt, Foucault não estipula uma espécie de flagrante “decrepitude do poder”, em parte pela sua peculiaridade imaterial, sendo o poder uma relação delimitada por uma série de técnicas rigorosamente ordenadas nos jogos de poder e de veridicção, os quais impelem o indivíduo a proceder, produzindo, dessa forma, um discurso do dizer verdadeiro. Foucault enaltece, especificamente, não uma possível falência dos moldes que sustentam o poder, ou mesmo as relações de poder, entretanto um “mais poder”, um sobrepoder investido sobre determinadas relações (as microrrelações de poder em particular que são o esteio das macrorrelações de poder).

À guisa de compreensão das macrorrelações de poder, pode vir a ocorrer um excesso de poder, uma exacerbação da governabilidade, todavia nunca um “imminente” declínio do poder, mas a ampliação dele decorrente da

---

insidiosamente dominante. Foucault (2014, p. 217) alega: “O senhor tem toda razão em colocar esse problema da relação de dominação porque efetivamente me parece que, em muitas análises feitas por Arendt ou, em todo caso, na sua perspectiva, constantemente se dissociava a relação de dominação da relação de poder; mas me pergunto se essa distinção não é um pouco verbal.” Para ampliar o conhecimento das declarações de Foucault acerca de Arendt, acessar a entrevista: “*Política e Ética: Uma Entrevista*” (2014, p. 212-218) concedida em 1983 e disponibilizada em 1984, presente em *Ditos e Escritos, Vol. V: Ética, Sexualidade, Política*. Há, no *Vocabulário de Foucault* de Edgardo Castro, o verbete “Hannah Arendt” (2016, p. 38-39), para uma apreensão adicional das análises de Foucault acerca da teoria política arendtiana.

<sup>7</sup> Arendt estuda, pormenorizadamente, cada um dos conceitos que correspondem ao referencial teórico tangente ao poder na obra *Crises da República*: (I) poder (capacidade de agir perante um acordo outorgado em comunidade); (II) fortaleza (propriedade pertencente a um indivíduo que se demonstra como independente, perante outro grupo, no qual este segundo poderá vir a tentar desarticulá-lo); (III) força (que emana das ações perpetradas pelos ditames sociais e políticos); (IV) autoridade (não pressupõe necessariamente a coerção, pois está assentada em uma ideia de respeito à autoridade – legítima –, um clérigo, por exemplo, relacionada ao indivíduo o qual está perpassado pela autoridade em evidência) e (V) violência (entrelaçada com a fortaleza e que ascende por meio da coibição do poder e da maximização das forças implementares). Para um exame mais apurado sobre a problemática do poder e seus correlatos, acessar o “Capítulo III: Da Violência” (2015, p. 91-156) do supramencionado livro. Também é possível acessar excertos desse ensaio na obra *Sobre a Violência*, também de autoria de Hannah Arendt.

cristalização: “A violência física pode destruir as relações comunicativas que sustentam o poder baseando-se em impedir as pessoas de comunicarem e agirem em conjunto” (MENGE, 2019, p. 05)<sup>8</sup>. As relações de poder, enquanto técnicas elaboradas e utilizadas pelos sistemas de poder, impregnadas de desejos, por mais que sejam revestidas de forças polarizadas elas não se perfazem em embates corpóreos, porque o poder é fictício, é um investimento, um cálculo, uma vontade de precedência. Foucault, então, não descarta a existência da violência, da coação e do flagelo corporal.

Desse modo, uma relação de poder não se sustenta por meio de uma dominação hegemônica de uma das partes interessadas e incrustada na relação, pois o que está em questão é a liberdade enquanto tática que visa ao sucesso da relação de poder, através da dualidade de forças volitivas direcionadas e amplificadas na tentativa de se preceder. Utilizando-se uma explicação arendtiana (2008, p. 275), na obra *A Vida do Espírito* (1997-1978), segunda parte, sobre o “Querer”: “Uma vontade que não é livre é uma contradição em termos – a não ser que se entenda a faculdade da volição como um órgão executivo, meramente auxiliar para o que quer que o desejo ou a razão tenham proposto”.

Uma relação de poder, sob a moldura teórica foucaultiana, é uma relação fundada e objetivada por indivíduos presumidamente livres. Analogamente à Arendt, a violência, que degrada o poder, poderia ser visualizada como uma retaliação da possibilidade do sujeito de formar vínculos com outros agentes comprometidos politicamente. De acordo com Arendt, a violência não pode sobreviver sem implementos, geralmente materializados “como o cano de um fuzil” (ARENDDT, 2015, p. 130), o que dispensa a retórica para gerar poder, assim como da capacidade humana de alterar o entorno por meio de ações arquitetadas doravante o espaço público-político. Há uma lógica pragmática da política: “A racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas relações políticas. Há uma racionalidade mesmo nas formas mais violentas.”: “O mais perigoso, na violência, é sua racionalidade”, explica Foucault (2012a, p. 312).

É necessário salientar que Arendt e Foucault possuem em suas obras preocupações distintas, mas que poderiam vir a se entrecruzar no que é alusivo ao poder. A filósofa alemã preconiza um direcionamento primordialmente político. Em oposição, o filósofo francês (2012a, p. 312) norteia a análise tendo como princípio o indivíduo e a precedência de sua localização no que

---

<sup>8</sup> “Physical violence can destroy communicative relationships that power is based on by preventing people from communicating and acting jointly.”

ele denomina de “História da Racionalidade”: porque o poder possui um caráter irremediavelmente produtivo<sup>9</sup>. Destoando de Arendt, Foucault não fundamenta uma espécie de “decomposição do poder”, visto que a ideia de uma microfísica deste é subjacente às relações individuais, porque as microrrelações de poder sustentam as macrorrelações daquele de modo verticalizado. Poder-se-ia admitir, perscrutando Foucault, que o poder é espectralmente emoldurado nas relações firmadas entre os sujeitos e, acerca de uma “presciente” degradação deste, essa presumida deterioração apenas atua como um composto da radicalidade consubstancial ao aprimoramento e à solidificação dos arranjos ordenatórios do *status quo*, do feixe conformador dos binarismos que, de forma recorrente, rearranjam os códigos e os regramentos do discurso. Como Foucault profere no segundo curso ministrado no *Collège de France*, nos anos 1970, *Teorias e Instituições Penais* (1971-1972), precisamente na aula de 08 de março de 1972<sup>10</sup>:

O que está por trás da “forma” do conhecimento, do sujeito do conhecimento, do campo aberto do que está por conhecer, do *corpus* de conhecimentos adquiridos, o que está por trás de tudo isso são relações de poder: é a mobilização de formas de poder que criam saber, o qual, por sua vez, aumenta o poder: jogo indefinido de formação, deslocamento, circulação, concentração, em que se produzem continuamente suplementos, excessos, reforços de poder, e o aumento de saber, o mais saber, o sobressaber. É esse o nível do “poder-saber”. (FOUCAULT, 2020, p. 197)

Aglutinando a noção de saber-poder em Foucault, assim como a de consentimento político em Arendt, pode-se presumir (guardadas as devidas proporções), que os dois autores possuem consonâncias no que é respeitante à concepção de poder, pois, para ambos: “Se se prefere, há, sob o discurso consciente, uma gramática determinada pelas práticas e gramáticas vizinhas” conclama Paul Veyne, e o autor afirma ainda: “que a observação atenta do discurso revela se consentirmos em retirar os amplos drapeados que se chamam ciência, filosofia, etc.” (VEYNE, 2008, p. 252) O que se supõe acerca da concepção de poder, em Arendt e Foucault, é que as críticas que os autores realizam a respeito do poder, referentes ao espaço da política e da ética, é que este conceito pode vir a se restaurar pelo reencontro dos próprios sujeitos que,

<sup>9</sup> Vide Foucault no texto: *Foucault Estuda a Razão de Estado* (1979). Este texto integra a compilação: *Ditos e Escritos, Vol. IV: Estratégia, Poder-Saber* (2012a, p. 310-315).

<sup>10</sup> Para uma apreciação mais expandida da questão abordada, acessar a aula de 08 de março de 1972 (2020, p. 181-208), do curso: *Teorias e Instituições Penais*, de Foucault.

juntos, catalisam o poder. As ações de cada um ocorrem nos entremeios das relações entre o ente e seus artifícios: elabora-se, assim, o mundo humano. Nesse contexto, o poder pode ser regenerado: por meio da ação política em Arendt, assim como do gládio estabelecido entre os micropoderes que remodelam o campo das atuações individuais na abordagem de Foucault. Mesmo assim, a aversão ao poder pela truculência vigorante da violência, parece estar sempre em trânsito e prestes a fazer desmoronar a “torre de marfim” que o recobre e garante a mobilidade dos sujeitos no espaço público (Arendt). Correspondente a Foucault, o poder não pode ser desarticulado, nem neutralizado, pelo fato de que as microrrelações de poder promovem a base de contato e de preservação das filigranas das relações de poder. Destarte, se há a existência de macrorrelações de poder, é porque estas sustentam-se pelo respaldo das microrrelações. Ou seja, o poder se retroalimenta, ele é proteiforme (ele transforma-se), assegurando a manutenção da homogeneidade das relações em razão da hiperconcentração de poder, que estabelece um vínculo estreito no interior dos indivíduos que são transpassados pela lógica discursiva das relações de poder. Na maneira como Charles Taylor (1931) expressa em sua obra *A Ética da Autenticidade* (1992): “Nossa sociedade cada vez mais burocrática dá cada vez mais importância à razão instrumental. Isso fortalece o atomismo, porque nos induz a ver nossas comunidades, assim como muitas outras coisas, em uma perspectiva instrumental” (TAYLOR, 2011, p. 66)<sup>11</sup>.

Inapelavelmente o indivíduo está, seja na legenda de comunidade ou em sua particularidade secreta, obscura e solitária, impregnado de predominâncias que revestem o poder como um imperativo o qual provoca rupturas nas relações às quais o sujeito mantém consigo próprio bem como com os outros. A subjetividade dele, o posicionamento político, ambos parecem ser perpassados pela “cortina de ferro” que separa, assim como aglomera, os seres humanos em seus indeclináveis encadeamentos sociais e políticos.

A personagem configurada pelo escritor francês Émile Zola (1840-1902), Nana, em sua obra homônima publicada em 1880, fornece um exemplo incisivo acerca da noção referencial aos subterrâneos os quais albergam os indivíduos incorporados às microrrelações de poder. Zola narra a existência estrepitosa da personagem-título irrefletidamente compromissada em

---

<sup>11</sup> E Charles Taylor (2011, p. 66) prossegue em seu argumento: “Contudo, também produz antropocentrismo ao nos fazer assumir uma postura instrumental para todas as facetas da vida e arredores: para o passado, natureza, assim como para nossos arranjos sociais.” Para um estudo mais aprimorado acerca do tópico da razão instrumental na atualidade, acessar o “Capítulo VI: O Escorregar Para o Subjetivismo” (*Idem*, 2011, p. 63-76).

desembaraçar-se do domínio e da desventura provocados por aqueles que sempre a exploraram e que negaram as suas faculdades intelectuais e também subjetivas (em sua metodologia particular de concepção de uma recalctração). Zola escreve sobre Naná: “A sua obra de ruína e de morte estava feita, a mosca que voara da imundície dos arrabaldes, que trazia o fermento das podridões sociais, tinha envenenado aqueles homens, bastara-lhe pousar neles” e continua: “Estava bem, era justo, vingara o seu mundo, os vadios e os abandonados” (ZOLA, 2003, p. 398). O poder em seu constructo político dispõe de um determinado espaço para que o indivíduo possa mobilizar-se em suas consecutivas relações de poder. Se em Foucault (2012a, p. 212) o sujeito, investido de desejos, lança-se nos jogos de poder: “a liberdade é o precedente para a própria liberdade” como distinguido pelo autor em *Espaço, Saber e Poder* (entrevista concedida em 1982)<sup>12</sup>, na abstração de uma tática, Arendt confia aos sujeitos que originam o poder a possibilidade de se elaborar situações inéditas, interromper processos, mantendo a condição humana da singularidade, da pluralidade, da igualdade, da liberdade e natalidade por meio de ações. Como Arendt (1991, p. 195) sublinha em sua obra de 1958 *A Condição Humana*:

A ação e o discurso ocorrem entre os homens, na medida em que a eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente ‘objetivo’, voltado para o mundo das coisas no qual os homens se movem, mundo este que se interpõe entre eles e do qual procedem seus interesses específicos, objetivos e mundanos. Estes interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que interessa, que está entre as pessoas e que, portanto, as relaciona e interliga. Quase sempre a ação e o discurso se referem a essa mediação, que varia de grupo para grupo, de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, refere-se a alguma realidade mundana e objetiva.

O poder, quando surge na reunião abalizada por indivíduos instituídos em uma comunidade política, parece proceder como o próprio pressuposto que assegura a sua não derrocada, um postulado consoante a não degradação do poder em seu respeitante conjunto da obra: ele pode reaparecer quando houver uma nova reunião de agentes. Ao se observar as teorias defendidas por Arendt e Foucault, no tocante ao poder, é possível compreender que o indivíduo sempre pode autodeterminar-se a agir, por si

---

<sup>12</sup> Na obra: *Ditos e Escritos, Vol. VIII. Segurança, Penalidade e Prisão* (2012, p. 206-222).



próprio (Foucault), tanto quanto conjuradamente com sua comunidade (Arendt). O risco do hipotético dismantelamento do poder sugere este estar vinculado a uma fratura que pode localizar-se nas instâncias que poderiam possibilitar a atuação e a execução das relações de poder: na destruição ou no enfraquecimento das instituições e entre outras possibilidades. Foucault não acredita que o sujeito possa garantir vínculos políticos com seus pares por meio dos sistemas de poder, os quais detêm os limites da mobilidade social e da política deles, o que o distancia de Arendt no sentido de que, para a autora, somente o concerto de ensejos, interesses, relacionados ao mundo comum, e reunidos no espaço público e organizados (no sentido de se vivenciar a política) é que afiançam a consecução de agências políticas, de assembleias que pleiteiam e que protegem os assuntos humanos.

Em *A Condição Humana*, Arendt assevera (1991, p. 203): “Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação com poder próprio de atingir e afetar os outros”. Comparativamente, Foucault não delega em sua obra um possível “desaparecimento” do poder. Isso porque o poder se retroalimenta nas relações às quais são estabelecidas entre os indivíduos. Em outros termos, ele se renova no confronto agonístico dos discursos do dizer verdadeiro, que criam ficções sociais acerca, não apenas em referência ao posicionamento dos sujeitos em sociedade, mas também em equivalência à ostensiva articulação dos mecanismos de poder, fundando, dessa forma, uma espécie de “discurso verdadeiro apaziguador”, que mantém incólumes os regramentos normativos e discursivos, os quais se estendem pelos redutos moralizadores e generalistas do *corpus* social. Arendt (1994, p. 75) assinala em *Lições Sobre a Filosofia Política de Kant*, uma série de cursos publicada postumamente no ano de 1982: “É em virtude dessa ideia de humanidade presente em cada ser humano único que os homens são humanos, e podem ser chamados de civilizados ou humanos à medida que essa ideia torna-se o princípio não apenas de seus juízos, mas de suas ações”<sup>13</sup>.

Se o sujeito (o cidadão) de Arendt ultrapassa a ficção social que o eclipsa e unifica sua ação política conjuntamente com os seus convizinhos políticos, o indivíduo foucaultiano usufrui de sua “ficcionalidade política” a fim de forjar a oportunidade de sua recalitração ante às tecnologias sobrepujantes do poder, formalizando sua liberdade como uma estratégia política que cauciona os jogos de poder e de veridicção. Na compilação de

<sup>13</sup> Esse fragmento encontra-se na “Décima Terceira Lição” (1994, p. 73-78), obra que pode ser compreendida como um ensaio do qual resultaria a terceira parte de sua obra inacabada, o *Julgado*, no livro *A Vida do Espírito*.

entrevistas relacionadas à Revolução Iraniana (1978-1979)<sup>14</sup>, concedida a Farès Sassine em agosto de 1979, Foucault (2019, p. 77-78) explicita as considerações acerca do que compreendia na ocasião como a complexidade intensificada das relações de poder, comentando:

Tentei mostrar que o poder era, de fato, sempre uma estrutura de relação. Não existe o poder como substância, ou o poder não é uma propriedade monopolizada por uma classe social. Ou o poder não é uma espécie de capacidade que seria produzida por um aparelho como o Estado. Na realidade, existem relações de poder, relações de poder entre as pessoas, isto é, entre os agentes, onde um e outro, uns e outros, estão em posições assimétricas. Mas quem diz... quando dizemos que o poder é relação, isto significa que a modificação de um dos dois termos mudará a relação. Ou seja, longe de constituir um tipo de estrutura prisional, o poder é uma rede de relacionamentos, móvel, cambiante, modificável, e com frequência frágil. Eis o que eu quis dizer.

A promessa de relacionar-se politicamente com seus coabitantes, no escopo de análise do indivíduo, é uma das garantias para uma vivência política, no intuito de se promover uma extensão dos processos de constituição ética do sujeito, que fraciona a sua eticidade, seu autogerenciamento, na intercomunicação a qual realiza com os outros residentes do mesmo espaço público. Foucault explica que o exercício político do sujeito é apenas um desdobramento de sua relação consigo próprio, de sua ontologia primária, sendo a própria ação política desarticulada, por este estar condensado na legenda de população: o núcleo de atuação das estratégias biopolíticas. Arendt expõe uma proposta aparentemente mais otimista, ao incorporar na ação política, a condição *sine qua non* para o protagonismo do indivíduo como

---

<sup>14</sup> Foucault participou na figura de correspondente da França durante o período relativo à Revolução Iraniana (janeiro de 1978 a fevereiro de 1979). No exame que realizou do evento em questão, ele concebeu que a força motriz da revolução, encorajada pelos estudantes marxistas iranianos, amparava-se em uma ideia tangente a uma “filosofia do espírito”, que poderia também ser refletida mediante a idealização de uma “filosofia da experiência”, baseada na concepção de um “tornar-se outro”. Foucault recebeu muitas críticas da imprensa europeia, em especial a francesa, por ter, supostamente, se “aliado” aos estudantes marxistas revolucionários iranianos em sua empresa, o que gerou certa hostilidade entre Foucault e seus detratores europeus. A noção de uma “filosofia da experiência”, de um tornar-se outro, denota parte dos estudos políticos realizados por Foucault no que é consoante à revolução como transfiguradora dos parâmetros intelectuais, políticos, sociais e geográficos, uma vez que a revolução tem a incumbência de transmutar o cenário político, permitindo o surgimento de novas possibilidades de se viver uma existência, se não autêntica, ao menos com a expectativa de um “viver uma vida diferente”, com a possibilidade de um tornar-se outro para uma outra existência, uma ressignificação ontologicamente primária.

princiador de assembleias, de agências políticas, associando-se a seus pares, podendo estabelecer arranjos políticos concertados para a discussão de questões relevantes para a vida humana em grupo, na produção de possíveis dissensos, que embasam o caráter adversativo do campo do político. Chantal Mouffe (2015, p. 24) sublinha no livro *Sobre o Político* (2005): “Para agir politicamente, as pessoas precisam ser capazes de se identificar com uma identidade coletiva que ofereça uma ideia de si próprias que elas possam valorizar”. A filósofa belga ainda enaltece: “O discurso político não tem para oferecer somente programas políticos, mas também identidades que possam ajudar as pessoas a compreender o que estão vivenciando e lhes dê esperança para o futuro” (*Idem*, 2015, p. 24).

A ideia de uma identidade coletiva, que não contorna as diferenças, apesar disso vem a compensar as assimetrias políticas que caracterizam os sujeitos em diferentes sociedades (hodiernas), com as suas irrecusáveis localizações na organicidade da sociedade (*status quo*), parece um ensejo de solução em correspondência a uma tentativa de contrabalançar, não apenas as distinções, mas também as intermitências que condicionam esses sujeitos em seus individualismos subalternizados pelos macropoderes, os quais os sobrepujam não ao pleito das ideias, ao furor do dissenso, mas ao lugar do ostracismo das vontades privadas e escusas. É preciso apostar na possibilidade de emancipação (ou uma microemancipação) do ente, do indivíduo, em razão de que essa é uma estratégia árdua e indispensável para expor-se o agente à irradiação da luz pública, lugar *par excellence* dos negócios humanos.

## Considerações finais

O tema do poder observado nas teorias de Hannah Arendt e Michel Foucault permite compreender que as relações entre os indivíduos, suas intercomunicações, esclarecem parte do procedimento, não apenas da ação política, mas da maneira como a racionalização dos vínculos humanos, especialmente os políticos, necessitam da salvaguarda do espaço público. Mesmo Foucault, que criticou a arregimentação do espaçamento político, por esta ser uma técnica estruturada pelas instâncias de poder para garantir a recalitração, acredita que o sujeito deve confrontar, não somente esses aparelhos em específico, como também engendrar a própria memória, compondo o discurso do dizer do verdadeiro na experiência de um embate contra as generalidades que subjetivam e vem a deflagrar um protótipo de ente, assim como de pensamento, premeditando a defesa de uma verdade absoluta,

universal e necessária. Arendt, sob a pressuposição do poder como germe e amparo da ação política, aduz que o cidadão, combinado a outros agentes políticos, pode fazer da esfera pública o local estratégico de digressão dos assuntos humanos os quais delinham as suas existências, e os torna humanos, não estritamente sob a imagem de seres que vivem (*labor*) ou que produzem (*work*).

O que se pode notabilizar é que a pessoa, em Arendt e Foucault, é o próprio precedente dos anseios políticos que a recobrem e a impelem a um agir: na empreitada pela consolidação de novas instâncias políticas de reconhecimento ou para prevalecer em suas relações de poder, fazendo do agonismo o recurso capital para o embate, sinteticamente, o enfrentamento nas microrrelações e nas macrorrelações de poder. Em Foucault, a microrrevolução e a microrredemocratização são ambas possíveis equações que podem remodelar os padrões do poder que intermediam os vínculos que o indivíduo viabiliza e consagra com seus semelhantes. Em Arendt, o debate de ideias, o auspício de se explicitar determinadas posturas discursivas, de afirmar a preponderância das opiniões que constituem o espaço político, são oportunos elementos para se entremear os momentos da vida privada, pré-política, social e a vida público-política.

Como crítica a Arendt, talvez se possa questionar a intercessão de uma “transpassagem” dos limites do campo privado para o campo político enquanto uma tentativa de se averiguar o indivíduo por meio das necessidades que, sanadas no imaginário privado, parecem isentá-lo de toda e qualquer precariedade (física, biológica e psíquica) no tecido da política. Em referência a Foucault, pergunta-se: o que pode vir a assegurar o sucesso da existência ética com ramificações políticas do indivíduo se, ao coligar-se a determinadas militâncias coletivas, este se alquebra em sua própria eticidade constitutiva? Por que ele é reabsorvido pelas tecnologias de poder que asseguram a sua recalctância previamente calculada? Algo que parece inestimável, tal como audacioso, é tentar defrontar o sujeito consigo mesmo e com as atitudes por ele reiteradamente praticadas, seja este identificado pelas efigies dos pensamentos arendtiano ou foucaultiano, para se autoprover de condições que possam anunciar a relevância de si próprio na política e de sua preeminência na trincheira de sua individualidade.

## Referências

- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Tradução de André Duarte de Macedo (prefácio e textos de Hannah Arendt) e Paulo Rubens da Rocha (ensaio de Ronald Beiner). 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Tradução de César Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Crises da república*. Tradução de José Volkmann. 3. ed. 1ª reimp. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, J. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). 2ª reimp. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*: curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. As malhas do poder (I); Espaço, Saber e Poder (II). In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, vol. VIII: segurança, penalidade, prisão. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 168-188 (I); p. 206-222 (II).

\_\_\_\_\_. Foucault estuda a razão de Estado. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, vol. IV: estratégia, poder-saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Revisão técnica de Manoel Barros da Motta. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a, p. 310-315.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. A filosofia analítica da política (I); Política e Ética: Uma Entrevista (II). In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, vol. V: ética, sexualidade, política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Revisão técnica de Manoel Barros da Motta. 3. ed. 2ª reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 36-54 (I); p. 212-218 (II).

\_\_\_\_\_. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*. Tradução, organização e apresentação de Lorena Balbino. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

\_\_\_\_\_. *Teorias e instituições penais: curso no Collège de France (1971-1972)*. Tradução de Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

MENGE, T. "Violence and the materiality of power". In: *Critical of Review of International Social and Political Philosophy*, United Kingdom, artigo publicado em 07 de dezembro de 2019, p. 01-27. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13698230.2019.1700344>>. Acesso em: 1º de março de 2023.

MOUFFE, C. *Sobre o político*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Revisão técnica de Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SCHIO, S. *Hannah Arendt – história e liberdade: da ação à reflexão*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Clarinete, 2012.

SPINOZA, B. de. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. 5ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

STENDHAL. *O vermelho e o negro*. Tradução de Maria Cristina F. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. Tradução de Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2011.

VEYNE, P. *Como se escreve a história, Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

ZOLA, É. *Naná*. Tradução de Roberto Valeriano. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

Email: [disquebutterfield8@gmail.com](mailto:disquebutterfield8@gmail.com)

Recebido: 12/2023

Aprovado: 03/2024